

RESULTADO DA PESQUISA COM O SETOR DE ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Levantamento feito no dia 08.07.20, sendo 53,5% dos respondentes de Porto Alegre.

FUNCIONAMENTO:

Dos estabelecimentos pesquisados, 69,4% está funcionando com delivery, sendo que 54,8% também opera com pague e leve. Com o salão em funcionamento apenas 19,7% do setor está operando no Rio Grande do Sul. Com a operação suspensa estão 14% e 3,8% estão se preparando para suspender.

A expectativa de fechamento definitivo nos próximos 60 dias, quando se avalia o Estado todo é melhor que somente em Porto Alegre, que na última pesquisa (em 05 de junho quando POA havia retomado as atividades parciais do setor AFL) apontava que 50% podiam fechar definitivamente. Na atual pesquisa, no Estado todo, 33,1% apontam que ainda podem fechar em definitivo nos próximos 60 dias.

Havia a expectativa que com a retomada das atividades este número pudesse diminuir, a pesquisa comprova que a abertura, mesmo que gradual, pode evitar fechamentos.

Importante salientar que alguns empresários já pensam em deixar de empreender, sendo que 31% avaliam como real a possibilidade de voltar ao mercado de trabalho como empregado.

EMPREGOS:

Estimamos, com base nas pesquisas e nos dados do Atlas Econômico de 2017, que o setor possua em torno de 100mil trabalhadores no Rio Grande do Sul. Destes, em torno de 30mil já foram demitidos e nos próximos meses, não havendo mudança na situação atual e não prorrogando a MP936, mais 19,5mil devem perder o emprego.

Das empresas pesquisadas, 72,3% já demitiram mesmo que 83,4% tenha utilizado a MP936 para suspender ou reduzir a carga horária. Dos entrevistados, 54,8% precisará prorrogar as suspensões ou reduções.

Dado importante é que 26,1% possui receio de utilizar a MP936, pois caso precisem fechar não poderão demitir, em virtude da estabilidade exigida na, agora, lei.

O que está pesquisa demonstrou, comparada a pesquisa de junho feita exclusivamente na capital, é que a situação está mais crítica em Porto Alegre, onde se concentra o maior número de trabalhadores da área e 21,7% dos estabelecimentos do setor.

CRÉDITO:

Sobre as linhas de crédito 79,4% buscaram algum tipo, sendo que destes 81,3% não conseguiram o crédito ou tudo o que necessitavam. Dentre os que buscaram, 73,5% tiveram dificuldade de acesso, sendo os motivos mais comuns: linhas do governo que não chegaram ou demoraram a chegar nas agências bancárias; banco solicitou garantias reais, banco pediu contrapartidas adicionais (reciprocidade, venda casada, etc), os juros altos, dificuldade de informação com os bancos e bancos que não retornavam as solicitações.

ECONOMIA

Dos entrevistados, 39,6% passaram a comprar entre 51 a 75% menos insumos comparado a período anterior aos decretos de calamidade. Uma fatia um pouco menor, 29,9%, passou a comprar entre 76 a 100% menos insumos. Estável apenas 6,5%, sendo o restante também em queda no nível de compra.

Com relação aos tributos, não houve aumento para nenhum dos entrevistados. Sendo que 38,3% estão recolhendo entre 76 a 100% menos tributos do que recolhia normalmente e 7,1% mantém o patamar.

As negociações nos contratos de aluguel foram buscadas por 83,4% dos entrevistados, sendo que 69,4% chegou num acordo.

Comparando com a média de faturamento anterior aos decretos de calamidade pública (em março), 21,2% teve mais de 90% de queda no faturamento e 39,7% teve queda entre 70 a 89%. Apenas 3,8% aumentou o faturamento e o 5,8% se manteve estável. Nos dois casos é possível inferir que foram amparados pelo Delivery e o pague leve.

EXPECTATIVAS FUTURAS

Nos próximos 60 dias apenas 4,6% acredita que conseguirá retomar o movimento anterior à pandemia. Entre quatro e seis meses, 47,1% acreditam na retomada. Os demais 48,3% acreditam em uma retomada mais lenta, entre um ano ou mais.